

CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA CONTÁBIL À SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL

Luiz Paulo Roberto dos Santos

Discente do 4º ano do Curso de Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Três Lagoas.

Leonice Damando de Souza

Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas e Especialista em Contabilidade Financeira e Auditoria pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Este estudo desenvolvido tem como objetivo demonstrar o que é Contabilidade Ambiental e quais são as vantagens para as empresas brasileiras que as utiliza em suas gestões ambientais e evidenciá-la como um excelente instrumento para auferir os resultados das empresas, bem como analisar e interpretar o setor das operações empresariais que obtém através do meio ambiente, recursos para produção de bens e serviços. A Contabilidade Ambiental surge com objetivo de alertar as empresas sobre os impactos ambientais e através dela desencadear soluções por meio de um planejamento estratégico para encontrar um melhor caminho onde se possa produzir sem agredir a natureza, mantendo-se assim uma política de desenvolvimento sustentável favorável. Para tanto, é apresentado o referencial teórico essencial para entender o conceito de Contabilidade Ambiental, Ativo e Passivo Ambiental, Custos e Despesas Ambientais, Receita Ambiental e Balanço Social Ambiental. O trabalho proposto considera a Contabilidade Ambiental e as questões ambientais de suma importância para a continuidade dos negócios, bem como para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Ambiental; Meio Ambiente; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, o homem procurou desenvolver tecnologias que lhe propiciassem maior conforto e comodidade. Tinha ao seu redor uma natureza linda e farta o que o direcionou apenas para suas necessidades momentâneas, fazendo-o esquecer-se de preservar ou pautar seu desenvolvimento em ações sustentáveis que lhe garantissem um futuro seguro.

As atitudes do homem na natureza ligadas ao cenário econômico e a necessidade de sobrevivência neste meio trouxeram a realidade que se tem hoje, causando um extenso dano ambiental comprometendo a própria sobrevivência da humanidade, colocando dessa forma em pauta a questão da continuidade da espécie humana diante do momento que se vive hoje em relação ao meio ambiente.

Com o desenvolvimento da tecnologia, as organizações, através de suas atividades de exploração dos recursos naturais, estão comprometendo o padrão de vida da sociedade, causando diversos problemas a população devido aos impactos no meio ambiente. Tais problemas originam-se de que maneira os recursos naturais são consumidos, e na relação de quais são os efetivos benefícios desses consumos.

Devido a isso, hoje, governo, associações e grandes empresas investem em campanhas para a preservação da natureza. A contabilidade, sendo uma ciência que permite, através de suas técnicas de auditoria, lançamentos, registros e análises, manter um controle permanente do patrimônio das empresas, vem comprometendo-se em assumir responsabilidades concorrentes a tratar de assuntos ambientais, já que este também faz parte do patrimônio empresarial.

Os assuntos ambientais estão crescendo em importância para a comunidade de negócios, em termos de responsabilidade social do consumidor, desenvolvimento de produtos passivos legais. É crescente a demanda por informações e exigências de regulamentação para o meio ambiente, sendo imprescindível que o contador desempenhe um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia não restringindo apenas em cuidar de contas e sim sendo um conselheiro nas administrações de companhias para ter grande êxito em assunto social e tributário, operativo e ambiental.

Com isso surgiu a contabilidade ambiental sendo esta não uma nova técnica, mas sim uma especialização. Portanto, contabilidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações.

Seu objetivo é fornecer informações sobre os eventos ambientais que modificam o patrimônio da empresa, onde essas informações deverão ser transparentes e verdadeiras em relação ao gasto com o controle ambiental das entidades.

A Contabilidade Ambiental tem grande importância na geração e processamento das informações, com identificação e registro de eventos ambientais, dando parâmetros aos usuários em suas tomadas de decisões, observando se a empresa vem cumprindo com a legislação ambiental e ajudando na fixação de uma gestão ambiental.

Optou-se pela escolha do tema por se constituir uma forma mais ampla de conhecimento. A metodologia utilizada teve um caráter exploratório, pautado na revisão bibliográfica e documental para extrair as informações necessárias que contemplem o conceito de Contabilidade Ambiental, as quais subsidiaram este estudo.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância da Contabilidade Ambiental e sua utilização de forma consciente.

Não se pretende esgotar o tema neste breve trabalho, ao contrário, o que se busca é dar uma contribuição mostrando os resultados benéficos que a Contabilidade Ambiental pode proporcionar às organizações e a vida em sociedade.

CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental surgiu no século XX, devido à preocupação com o meio ambiente passando a ter repercussão na sociedade, com a visão de que o problema não poderia ser de responsabilidade localizada e sim de responsabilidade globalizada. Com isso as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas ambientais.

Em 1972 foi realizada a Primeira Conferencia Mundial sobre o Meio Ambiente, com repercussão internacional sendo um passo na conscientização da sociedade mundial sobre os problemas ecológicos.

Devido há isso a sociedade tem estado muito preocupada no que diz respeito ao meio ambiente e sua preservação, exigindo das empresas um comportamento consciente e saudável. A ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e da flora, o aquecimento da temperatura devido à emissão de gases poluentes fizeram a questão ambiental ocupar um lugar de destaque.

A questão ambiental é muita ampla, sendo necessário envolver muitas ciências e varias profissões, foi ai então que envolveram a contabilidade questionando-se como poderia ajudá-los a preservar e fornecer informações para os gestores, auxiliando-os na tomada de decisões para essas novas questões ambientais.

A contabilidade ambiental como ciência apresenta condições, por sua forma sistemática de registro e controle de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente.

Por causa dessas explorações ao meio ambiente que no século XX a sociedade viu que era preciso acompanhar mais rigorosamente a relação homem com o meio ambiente, tanto como nação quanto como entidade, fazendo necessário o registro e emissão de relatório.

Silva (2003, p.81) explica que:

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente.

A contabilidade ambiental não é uma nova técnica e sim uma especialização. Ela não irá resolver os problemas ambientais, mas tem a capacidade de fornecer informações que podem ajudar na procura de solução.

A contabilidade ambiental nada mais é do que a contabilidade que estuda os benefícios e prejuízos que um determinado produto em desenvolvimento pode trazer ao meio ambiente. Ela se aplica em todas as fases do empreendimento e suas aplicações podem ser divididas da seguinte forma: preventivas, corretivas, de remediação e proativas. Seu objetivo é fornecer informações sobre os eventos ambientais que modificam o patrimônio da empresa, essas informações deverão ser transparentes e verdadeiras em relação aos gastos com o controle ambiental das entidades.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 149) dizem que:

[...] em decorrência, faz-se necessário saber por que a empresa precisa de um sistema de contabilidade ambiental. Em outras palavras, que resultados espera obter com esse sistema. Por outro lado torna-se importante conhecer quais são os objetivos dessa contabilidade, que entre outros são:

- Saber se a empresa cumpre ou não com a legislação ambiental vigente;
- Ajudar a direção em seu processo decisório e na fixação de uma gestão ambiental;
- Comprovar a evolução da atuação ambiental da empresa através do tempo e identificar as tendências que se observam;
- Detectar as áreas da empresa que necessitam de especial atenção (áreas críticas) quanto aos aspectos ambientais;
- No caso de empresas com uma política ambiental já estabelecida: observar se cumpre com os objetivos ambientais fixados pela companhia;
- Identificar oportunidades para melhor gestão dos aspectos ambientais;
- Identificar oportunidades estratégicas: como a empresa pode obter vantagens competitivas graças a melhorias concretas na gestão ambiental; quais são melhorias que agregam valor da companhia;
- Obter informação específica para fazer frente a solicitação dos *stakeholder*.”

Então, simplificando e ao mesmo tempo conceituado de maneira genérica, pode dizer-se que o objetivo da Contabilidade Ambiental é direcionar o

sistema de informações já adotado pela Contabilidade tradicional para a mensuração e evidenciação aos usuários da informação contábil do impacto ambiental no patrimônio das organizações e da conduta da empresa em relação ao meio ambiente.

ATIVO AMBIENTAL

Ativo Ambiental são bens adquiridos por uma empresa que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. O ativo é um recurso controlado por uma empresa e resultante de eventos passados do qual se espera um fluxo de benefícios futuros.

De acordo com Barbieri (2004, p.214), “os ativos ambientais representam as aplicações de recursos em atividades relacionadas com qualquer das abordagens de gestão ambiental [...], controle da poluição, prevenção da poluição e tratamento estratégico das questões ambientais”.

Já Antunes (2000, p.07), declara:

Os ativos ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc, utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc, adquiridos e/o produzidos com a intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos benefícios seguintes.

No ativo ambiental, temos o imobilizado, que são bens destinados à manutenção do gerenciamento ambiental, tais como sistemas de controle de resíduos, filtros de ar, instalações e equipamentos da estação de tratamento de efluentes, entre outros.

Em seu sentido mais amplo, Ferreira (2006, p. 98-99) distingue em grupos ativo ambiental. Para produtos acabados:

- Ativo renovável: é a produção contínua do meio ambiente sem risco de extinção devido ao uso;
- Ativo não renovável: é a falência do recurso pelo fato de a natureza não conseguir reconstitui-lo;

Concluindo, ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia com a finalidade de controlar, preservar e recuperar o meio ambiente. As características dos ativos ambientais são diferentes entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas deve compreender todos os bens utilizados no processo.

Assim, todo ativo ambiental, ou seja, os bens ou direitos adquiridos pelas empresas geram uma obrigação a pagar.

PASSIVO AMBIENTAL

Um passivo ambiental origina-se quando uma entidade, em decorrência de suas operações, fica sujeita a obrigações legais ou reparatórias, em função do uso do meio ambiente (água, solo, ar) ou da geração de resíduos tóxicos. Porém passivo ambiental é toda e qualquer obrigação contraída e destinada a aplicação em ações de controle e preservação do meio ambiente, representando uma obrigação de curto a longo prazo.

Segundo Ribeiro (2006, p.112):

Os passivos ambientais devem ser informados em subgrupo específico das exigibilidades. Sua composição e seus respectivos valores deverão ser discriminados em notas explicativas às demonstrações contábeis. No entanto se houver uma obrigação relevante, em termo de valores e natureza, devera ser contabilizada e evidenciada no Balanço Patrimonial em conta específica.

Os passivos geralmente são resultados dos esforços que a empresa necessita realizar para obter recursos financeiros, porém existem passivos que podem originar-se de transferência não recíproca. Os passivos podem ser obrigatórios por exigências legais, como por exemplo, impostos pagos ao governo, multas por alguma infração cometidas dentre outros.

É de suma importância as empresas divulgarem as informações ambientais em suas demonstrações financeiras. Primeiro porque os investidores querem e precisam proteger a si mesmos contra passivos e surpresas inesperadas inclusive potenciais passivos ambientais. Outro motivo seria que os negócios lucrariam mais de uma mais completa evidenciação do passivo ambiental, se eles levarem a um enfoque pró-ativo que os protejam não só de um aumento dos custos

na demora em identificar questões ambientais, mas também à redução imediata, e às vezes dramática, em seus custos de produção.

Tinoco e Kraemer (2011, p.161-162) citam o que deve ser levado em consideração na mensuração do passivo:

- Custos incrementais diretos que podem ocorrer com a reparação;
- Custos dos salários e encargos sociais aos trabalhadores vinculados ao processo de restauração ambiental;
- Obrigações de controle após a reparação dos danos ambientais; e
- Progresso tecnológico à medida que seja provável que as autoridades públicas recomendem a utilização de novas tecnologias.

Numa visão quase sempre errônea os passivos ambientais são vistos como desembolsos para a empresa, sem retorno algum, quando na verdade este pode ter origem em um dado momento que a empresa passa a ter uma obrigação, fruto de uma ação para com o meio ambiente, assim percebe-se que a mesma está investindo positivamente em prol do meio em que está inserida.

Diante dessa visão, Ribeiro (2006, p. 75-76) discorre que,

Recentemente em moda, o termo Passivo Ambiental, quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões.

Portanto, os passivos ambientais são provenientes de risco e incertezas ambientais, o que podem ser caracterizados como impactos de decisões empresariais tomadas com finalidade econômica e à estimativa de perda do potencial de benefícios da operação provocada por causas ambientais.

CUSTOS E DESPESAS AMBIENTAIS

Custo é o gasto que a empresa tem ligado diretamente ao processo produtivo. Ela deve saber os custos dos seus produtos/serviços para que possa definir um planejamento estratégico adequado e por consequência obter lucro. Dessa forma, os custos ambientais não podem ficar esquecidos, pois os mesmos influenciam direto no resultado final da instituição.

Os custos ambientais são os gastos, ou consumo de ativos referentes à proteção do meio ambiente e que são classificados em função de sua vida útil. Quando utilizados de forma direta na produção estes gastos são classificados como custos, sob forma indireta caracterizando-se como despesas.

Carvalho (2010, p.139-140) relata que:

De acordo com o princípio do poluidor-pagador, os custos de degradação ambiental devem ser internalizados pela empresa, e não externalizados para sociedade. Como os gastos de preservação e recuperação ambiental estão relacionados com a atividade produtiva da empresa, estes devem ser classificados como custos e imputados aos bens e serviços produzidos pela entidade, de forma, que no valor desses bens e serviços, conste também, o valor da natureza degradada ou o valor de sua preservação.

Percebe-se que alocar os custos ambientais corretamente proporcionaria aos usuários de tal informação uma chance de análise mais clara referente ao direcionamento de tais gastos, sejam eles com preservação/recuperação ou manutenção do meio ambiente.

Ferreira (2006, p. 102-103) seguindo um plano de contas proposto por ela, comenta “em relação a cada objeto que se queira custear, os custos poderiam ser classificados como diretos ou indiretos e podem ter sua abrangência delimitada na empresa ou fora dela”.

- **Diretos:** são aqueles cujos fatos geradores afetam o meio ambiente e cujo impacto pode ser diretamente identificado a uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida numa área física sob a responsabilidade da entidade contábil. Exemplo: custos relativos à produção ou estocagem.
- **Indiretos:** são os fatos geradores que afetam indiretamente o meio ambiente cujo impacto não pode ser diretamente identificado a uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida na área física de responsabilidade da entidade. Exemplo: os relativos ao consumo. Caso de aerossóis; ou, ainda, quanto ao uso de bateria de telefone celular (FERREIRA, 2006, p.102-103).

Despesas são vistas como gastos que se pode prever. Ludícibus (2009 p.153) relata que “despesa, em sentido restrito, representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas”.

Ribeiro (2006, p.50) descreve que as despesas podem conter gastos relativos à hora de trabalho (e seus respectivos encargos sociais) e insumos absorvidos nos processos de:

- Definição e manutenção de programas políticos ambientais;
- Seleção e recrutamento de pessoal para o gerenciamento e operação do controle ambiental;
- Compra de insumos e equipamentos antipoluentes;
- Pagamentos das compras realizadas para essa área;
- Recepção dos itens ambientais adquiridos;
- Estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente;
- Treinamentos específicos para sua proteção;
- Auditoria ambiental (RIBEIRO, 2006, p.50).

Ressalta-se, portanto a diferença entre custo e despesas ambiental. Consideram-se custos ambientais os gastos em função da preservação, redução ou eliminação da produção simultaneamente ao processo produtivo; e como despesas ambientais os gastos com recuperação e reparação de danos com fatos geradores correntes ou ainda os passados não provisionados como contingências, e também aqueles incorridos sem estar diretamente relacionados com o processo produtivo da empresa, como por exemplo, os gastos administrativos incorridos em função da causa ambiental e as taxas e emolumentos decorrentes da legislação ambiental.

RECEITA AMBIENTAL

Quando se trata de receita, estamos nos referindo a tudo aquilo que é resultado das atividades da empresa, ou seja, retorno de valores, uma recuperação de investimentos, renda originada por um bem patrimonial, demonstrando a parte positiva nos demonstrativos resultados.

O objetivo principal da receita ambiental diverge um pouco do conceito tradicional de receita contábil, pois o objetivo de gestão ambiental é desenvolver políticas saudáveis para reduzir problemas ambientais.

Como descreve Tinoco e Kaemer (2004, p.187-188), “a receita ambiental decorre de prestação de serviço especializado em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos ou de reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de energia e água”.

Por tanto o objetivo das receitas ambientais não é gerar lucro, e sim ter um controle responsável de produção. Porém, a partir da implantação de sistemas que valorizam o meio ambiente, a geração de receitas ocorre de forma natural, pois, com um produto de melhor qualidade, os consumidores compram mais, aumentando

a demanda e, por consequência, o lucro. Um exemplo a citar é o aproveitamento de produtos e embalagens para vender, como reciclados.

BALANÇO SOCIAL AMBIENTAL

O balanço social é um informe de gestão complementar ao sistema de informação contábil tradicional. Seu objetivo é apresentar informações relacionadas com os fatos sociais e ambientais praticados pelas organizações, nos âmbitos interno e externo.

A concepção de balanço social surgiu a partir do momento que os colaboradores da empresa, fornecedores, clientes, funcionários, sociedade, etc., passaram a querer saber sobre o crescimento da empresa tanto econômico financeiro quanto socialmente responsável. Esses tipos de informações dificilmente estão contemplados nos relatórios contábeis e administrativos que as empresas costumam elaborar, dadas suas características e especificidades.

O balanço social deve demonstrar não só os efeitos positivos da atividade econômica, mas também seus efeitos que causam danos, como a emissão de efluentes, a poluição do ar e a devastação de áreas verdes, por exemplo.

Segundo Carvalho, (2000, p.03):

[...] o balanço social deve ser elaborado e divulgado de forma a apresentar uma imagem da empresa que venha a atrair tanto o consumidor quanto os investidores, o financiador, o acionista e o agente de seguro para negociação mais lucrativa para empresa, uma vez que esta apresenta menor risco.

A demonstração do balanço social é a representação clara dos procedimentos empresariais em relação à preservação do ambiente natural. O comportamento das instituições é colocado em destaque, e as pessoas, indignadas com as causas e os efeitos gerados pelo descaso ambiental dos empresários e governantes, começam a reagir.

Diante da crescente preocupação social com a situação do meio ambiente os consumidores passaram a exigir, principalmente das indústrias, uma nova forma comportamental.

Assim são apresentados os investimentos da empresa para aliviar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de

melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de eco eficiência.

VANTAGENS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Hoje em dia, devido à crescente concorrência global, as expectativas dos clientes não se restringirem à procura de determinado nível de qualidade ao menor custo. Eles estão cada vez mais informados e predispostos a comprar e usar produtos que respeitam o ambiente. As vantagens ambientais resultam da definição de regras escritas para a realização de operações com potencial impacto ambiental e a introdução de práticas nessas operações, conseguindo-se reduzir os riscos ambientais da atividade, redução dos custos por meio da eficiência dos processos e redução do consumo.

Outra vantagem é a melhoria da imagem da empresa e sua aceitação pela sociedade, desde que corretamente explorada pelo Marketing Ambiental.

Através do registro e da evidenciação de fatos contábeis ambientais, a contabilidade estará cumprindo seu objetivo de fornecer informações a seus usuários e, desta forma, auxiliar no processo de tomada de decisão. É válido ressaltar que a omissão dessas informações compromete os dados sobre valor do lucro da entidade em virtude de este não estar onerado pelos custos ou despesas ambientais e, conseqüentemente, também, o valor do patrimônio líquido.

Destaca-se que as empresas que evidenciarem informações ambientais, além de responsabilidade, ética e respeito com o meio ambiente, estarão assumindo uma posição de vanguarda que, certamente, trará bons resultados como contrapartida.

Portanto, é por meio da contabilidade Ambiental que as empresas se comunicam com o meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a crescente escassez dos recursos naturais e a degradação da natureza, em todo o mundo acirrou-se o debate sobre tais situações e as medidas

que serão necessárias para reverter tal cenário. Por isso, surgiu-se a necessidade de se conhecer o problema, não somente do seu aspecto macro, mas também específico, entendendo que boa parte da degradação ambiental se faz em decorrência dos próprios agentes de produção e serviços, ou seja, o "progresso a todo custo".

As indústrias e os homens deverão respeitar e colaborar para a renovação do meio ambiente evitando impactos ambientais tão comuns em nossos dias.

Nessa pesquisa podemos verificar a importância da contabilidade ao âmbito ambiental tanto de importância para a empresa, para gestão estratégica, gestão econômica, quanto para a população/usuários em um todo satisfazendo suas necessidades e a proteção do meio ambiente.

Neste trabalho foram levantados vários conceitos de autores diferentes, e chegamos à conclusão de que é cada vez mais crescente a necessidade das empresas se adequarem as novas exigências legais e sociais quanto a preservação do meio ambiente, cobradas pela sociedade, governos e investidores. A legislação esta cada vez mais rígida, impondo aos infratores a encarar com mais seriedade e responsabilidade a preservação ambiental.

A contabilidade ambiental ainda é um assunto bastante explorado, verificamos que os autores de modo geral têm opiniões parecidas, a aplicabilidade destes conceitos nas demonstrações contábeis se faz ainda de modo tímido. A competitividade ajudou para que as empresas começassem a adotar as demonstrações ambientais, pois assim os interessados tem acesso às informações sobre a evolução dos investimentos e a capacidade de arcar com possíveis gastos.

Com isso o profissional de contabilidade tem o papel fundamental nessa nova forma de gestão de recursos, cabe a ele orientar seus clientes de qual o melhor método para atingir o objetivo de reduzir o impacto ambiental e ao mesmo tempo atendendo as normas contábeis.

A Contabilidade Ambiental serve de instrumento para promover o crescimento econômico juntamente com o desenvolvimento sustentável de uma empresa ou entidade; ela facilita a integração dos aspectos ambientais no planejamento empresarial e na tomada de decisão operacional, a partir da seleção de indicadores e da avaliação de informações relativas ao desempenho ambiental da empresa.

Com isso a Contabilidade Ambiental deve estar atenta aos avanços das questões que se apresentam e passará a incorporar as questões ecológicas e ambientais nos seus registros, nas contabilizações e nas divulgações das informações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Cleber do Carmo. **Sociedade Sustentável: a responsabilidade da contabilidade.** Anais do XI Congresso brasileiro de Contabilidade. Goiânia: CFC, 2000.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2004. 328 p.

CARVALHO, Gardenia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática.** Curitiba: Editora Juruá, 2010. 218 p.

CARVALHO, Márcia M. Andrade de. **O balanço Social: um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro.** Congresso brasileiro de contabilidade. Goiânia: CFC, 2000.

FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Atlas, 2006. 138 p.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Editora Saraiva, 2006. 220 p.

SILVA, Benedito Albuquerque. **Contabilidade e meio ambiente: Consideração teórica e praticas sobre o controle dos gastos ambientais.** São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2003. 162 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 278p.